



**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2025

(Do Sr. NIKOLAS FERREIRA)

Requer ao Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações sobre a execução do Programa Cozinha Solidária, que deveria distribuir marmitas para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 49, inciso X, e 50 da Constituição Federal, bem como nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, para que, no prazo regimental, preste as seguintes informações sobre a execução do Programa Cozinha Solidária, que deveria distribuir marmitas para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O Ministério do Desenvolvimento Social contratou, em novembro de 2024, uma ONG comandada por um ex-assessor do Partido dos Trabalhadores — PT, pelo valor de R\$ 5,6 milhões. A contratação se deu no escopo do Programa Cozinha Solidária e o objeto do contrato seria a distribuição de quentinhas para pessoas socialmente vulneráveis. Segundo denúncia de veículos de imprensa, para fins de execução do programa, a ONG contratada teria subcontratado uma teia de outras ONGs ligadas a atuais ou ex-integrantes do PT e essas associações não teriam cumprido o acordado.





**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito que sejam respondidas as perguntas que se seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério ou entidades vinculadas reconheçam como relevantes para a compreensão dos fatos:

- 1) Quais foram os critérios objetivos utilizados pelo MDS para selecionar as ONGs contratadas para o programa Cozinha Solidária?
- 2) Houve algum parecer técnico ou análise de capacidade operacional das ONGs antes da assinatura dos contratos?
- 3) Existe alguma auditoria interna programada para verificar o cumprimento do contrato e a real entrega das refeições?
- 4) Como foi estabelecido o cronograma de pagamentos para as ONGs contratadas? Há previsão de suspensão dos repasses?
- 5) Qual foi o valor total já desembolsado até o momento para as ONGs investigadas e quantas refeições foram efetivamente entregues de acordo com a fiscalização do governo?
- 6) Há previsão de publicação periódica de relatórios de fiscalização e de execução do programa Cozinha Solidária? Caso contrário, por qual motivo?

JUSTIFICATIVA

O Ministério do Desenvolvimento Social contratou, em novembro de 2024, uma ONG comandada por um ex-assessor do Partido dos Trabalhadores — PT, pelo valor de R\$ 5,6 milhões. A contratação se deu no escopo do Programa Cozinha Solidária e o objeto do contrato seria a distribuição de quentinhas para pessoas socialmente vulneráveis. Segundo denúncia de veículos de imprensa,





GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA CÂMARA DOS DEPUTADOS

para fins de execução do programa, a ONG contratada teria subcontratado uma teia de outras ONGs ligadas a atuais ou ex-integrantes do PT e essas associações não teriam cumprido o acordado.

Uma reportagem de O Globo¹ aponta que, em visita *in loco* a endereços informados pelo governo federal, não foram encontrados sinais da produção e distribuição de alimentos. Reporta, o veículo de imprensa, que espaços visitados sequer têm estrutura para a produção e distribuição das quentinhas. Afirma-se, ainda, que locais informados estavam fechados e que moradores vizinhos a eles afirmaram não terem conhecimento sobre a distribuição de marmitas na região.

A reportagem apurou, ainda, que uma das ONGs subcontratadas, pertencente a uma ex-assessora de um vereador petista, alegou que havia distribuído apenas 5% do valor mensal estipulado em contrato. Além disso, a distribuição teria se iniciado um mês após o estipulado no instrumento contratual.

Segundo reportado pela Revista Oeste², apesar de não entregarem as marmitas conforme previsto em contrato, as ONGs prestaram contas como se tivessem cumprido o instrumento. Uma das gestoras da ONG, que reconheceu a mora por não ter entregue os alimentos em dezembro, teria assinado recibo declarando a entrega nesse mês. A análise da prestação de contas apresenta indícios de fraude como documentos com termos idênticos, rubricas semelhantes e entradas criadas por um mesmo usuário, que seria advogado da ONG que subcontratou as demais. A quebra de impessoalidade reportada é tamanha que uma das ONGs investigadas pela reportagem chega a informar à Receita Federal um e-mail ligado a gabinete de ex-parlamentar do PT e endereços incompatíveis com a atuação.

Diante desses indícios de irregularidades, este requerimento se faz necessário para que o governo preste esclarecimentos sobre: os critérios de seleção das ONGs, os mecanismos de controle da execução do programa, os

¹ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/06/quentinha-invisivel-acao-do-governo-lula-contra-a-fome-abastece-ongs-de-petistas-que-nao-entregam-refeicoes-previstas.ghtml>

² <https://revistaoeste.com/politica/jornal-revela-fraude-em-programa-de-marmitas-do-governo-lula-organizado-por-ongs-ligadas-a-petistas/>





**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

valores já pagos, as providências adotadas para recuperar possíveis pagamentos indevidos e a responsabilização dos envolvidos.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2024.

**DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
PL/MG**

Apresentação: 17/02/2025 18:02:43.403 - Mesa

RIC n.434/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252957602100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira

